

SELETA

O ESPÍRITO REPUBLICANO EM SÃO PAULO

Américo Brasiliense

A História da Província de São Paulo não narra sucessos que mostrem ter ela apresentado um partido regularmente organizado, com programa definido, em sustentação da bandeira republicana.

O pronunciamento franco nesse sentido começou, nesta província, no correr do mês de dezembro de 1870, quando adesões foram feitas ao **Manifesto**, que o jornal **A República**, na Corte, publicou a 3 do referido mês.

É certo entretanto que em seu passado se encontra uma série de fatos, revelando a altivez e independência do espírito paulista, o seu entusiasmo pelos princípios liberais, e notavelmente uma expansão de vida municipal, fecunda em benefícios, e admirável relativamente aos tempos, que eram de pouca ilustração pública.

Não se prendiam as municipalidades a considerações de hierarquia administrativa, não perdiam o tempo em consulta às autoridades superiores, não pediam a estas as inspirações para o bom procedimento.

Elas por si mesmas estudavam as necessidades locais, tomavam as providências, e faziam o que julgavam de mais utilidade aos municípios.

Se apareciam casos, em que medidas de certa gravidade deviam ser postas em prática, quer de interesse geral, quer de interesse municipal, as Câmaras não procediam só por sua própria deliberação. Então convidavam o povo para uma, e às vezes mais reuniões, apresentavam a idéia, ouviam pareceres, e afinal punham em execução aquilo que tinha sido resolvido por todos ou pela maioria.

As Câmaras associavam assim à sua a responsabilidade dos municípios. Inúmeros são os exemplos deste proceder, e entre eles alguns vão expostos a fim de que se possa julgar o que foi em outro tempo a vida municipal.

É sabido que aos 13 de julho de 1640 o povo desta cidade expeliu os jesuítas, que aqui se achavam, e os que estavam em outros

pontos da Capitania fugiram em conseqüência do pronunciamento contra eles naquele dia. Logo depois a Câmara dirigiu ao Rei de Portugal uma representação contra eles. Não obstante, o governo da metrópole expediu o Alvará de 3 de outubro de 1643, restabelecendo os jesuítas em suas igrejas e na administração das aldeias de índios. O Alvará porém não foi cumprido.

As vilas constituíram procuradores e estes reunidos na de S. Vicente deliberaram impor condições para a admissão dos jesuítas. Só depois que por parte destes foram aceitas, permitiram os paulistas, que eles voltassem, o que se verificou em 1653, e que permanecessem na Capitania.

Em 1821, em Itu, a enérgica atitude popular fez que o ouvidor, até então irresoluto, deferisse o juramento das bases da Constituição (que as Cortes portuguesas estavam fazendo) não só ao colégio eleitoral, mas também às Câmaras da Comarca.

Igualmente foi indicado nessa ocasião que se fizesse sentir ao Governador Oyenhausen a necessidade de serem executadas as disposições do decreto de 8 de junho (autorizando o juramento das bases da Constituição) nos outros pontos da província.

Em junho do mesmo ano a Câmara, povo e tropa desta capital reuniram-se e organizaram um governo provisório, dando a presidência àquele governador.

Em junho de 1822 as Câmaras de Sorocaba e de Itu, em vista da divergência que desde 23 de maio apareceu entre os membros do governo provisório, resolveram não prestar-lhe obediência, e constituir um **governo temporário na cabeça da Comarca**.

Em fevereiro de 1824, apresentada à Câmara de Itu a cópia do projeto da Carta Constitucional, que o 1º Imperador oferecia à Nação, a municipalidade convocou o povo, e ouviu o parecer de uma comissão e o aceitou, fazendo observações sobre o projeto.

Em 1842 ainda foi uma Câmara, a de Sorocaba, quem convocou o povo, e em grande reunião proclamou a revolução, investindo o Brigadeiro Tobias no cargo de presidente da Província, e protestando contra a lei que interpretou o Ato Adicional, contra a que criou o Conselho de Estado e contra a que reformou o Código do Processo, considerados inconstitucionais pela Câmara e povo.

Vejamos agora como se formou o partido republicano.

Nesta Província, como na Corte, o partido **radical** precedeu a organização do republicano. Teve ele **Clubes** nesta Capital, em Campinas, no Amparo e em outros pontos. Como órgão daquele Clube publicou-se nesta cidade o **Radical Paulistano**, trazendo em todos os números o programa radical.

Depois do aparecimento do Manifesto de 3 de dezembro de 1870, todos os Clubes Radicais declararam-se republicanos, e fundaram-se novos em algumas localidades.

Daquele ano em diante a propaganda destes princípios efetuou-se com grande atividade da parte de seus adeptos: vários jornais apareceram em diversos lugares.

Reconhecia-se entretanto a necessidade do acordo de esforços e de unidade de vistas dos republicanos. O trabalho isolado, sem uma organização regular do partido, nunca poderia produzir todos os benéficos efeitos, que só mais íntimas relações entre os correligionários e a união de todos na defesa da bandeira assegurariam. Isto foi compreendido por vários cavalheiros, residentes uns nesta cidade e outros fora dela.

(A seguir, o autor passa a descrever as diversas reuniões republicanas realizadas em São Paulo e em outras cidades para a fundação definitiva do Partido Republicano na Província).

(Os Programas dos Partidos e o Segundo Império, pp. 96-101. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler, 1878. Na reedição Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, de 1979, o trecho supra ocorre às pp. 92-96).